# ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O MÉTODO PAULO FREIRE E O MOBRAL

**Sonia Aparecida Pires**

**Felipe Augusto Fernandes Borges**

**Resumo**

O presente trabalho pretende discutir de forma sucinta a historicidade da educação de jovens e adultos no Brasil. São feitas reflexões sobre iniciativas voltadas para essa modalidade, bem como para compreender o método utilizado por Paulo Freire e sua contribuição para a alfabetização de adultos. Foram feitas, ainda, reflexões sobre a influência do MOBRAL no processo de ensino aprendizagem de jovens e adultos, além de problematizar a respeito de seus objetivos e resultados. Na primeira parte do trabalho apresentamos a justificativa, objetivos e metodologia adotada para a elaboração deste. Em seguida desenvolvemos a parte da pesquisa bibliográfica, que foi fundamentada em vários autores que discutem o tema, em que apresentamos teorias e pensamentos descritos em obras de escritores renomados da educação brasileira. Esta pesquisa serve como forma de conhecimento e aprimoramento de como surgiram, se desenvolveram e de como eram vistas pelas autoridades públicas o ensino de adultos no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização; Paulo Freire; MOBRAL.

# YOUTH AND ADULT LITERACY IN BRAZIL: THE PAULO FREIRE METHOD AND MOBRAL

**Abstract**

The present work intends to briefly discuss the historicity of youth and adult education in Brazil. Reflections are made on initiatives aimed at this modality, as well as to understand the method used by Paulo Freire and his contribution to adult literacy. Reflections were also made on the influence of MOBRAL in the teaching-learning process of young people and adults, in addition to discussing its objectives and results. In the first part of the work we present the justification, objectives and methodology adopted for the elaboration of this work. Then we developed the part of the bibliographical research, which was based on several authors who discuss the theme, in which we present theories and thoughts described in works by renowned writers of Brazilian education. This research serves as a way of understanding and improving how adult education emerged, developed and how adult education in Brazil was seen by public authorities.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Literacy; Paulo Freire; MOBRAL.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho está voltado para a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA), para o método de alfabetização de Paulo Freire e o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL. Justifico ter optado por esse tema por haver pessoas não alfabetizadas em minha família, e também por ter um membro familiar que aprendeu a ler e escrever razoavelmente no extinto programa MOBRAL. A justificativa também decorre da importância de cada vez mais pessoas, principalmente os mais jovens, compreenderem as dificuldades no processo de alfabetização de jovens e adultos desde a chegada dos jesuítas e seu percurso até a década de 80.

Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo geral desenvolver reflexões sobre a história da alfabetização de adultos e as respectivas iniciativas voltada para essa modalidade. E como objetivos específicos, pretende-se fazer uma retomada histórica da educação de jovens e adultos no Brasil, apresentar o método Paulo freire, bem como apresentar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e fazer uma breve comparação entre o método Paulo Freire com a metodologia utilizada pelo MOBRAL, criado durante a ditadura militar.

Para a realização desse trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas em obras de Maria Lúcia Aranha (2006), Leôncio Soares, Ana Maria de Oliveira Galvão, obra organizada por Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2011) Moacir Gadotti, Paulo Freire, entre outras ligadas à Educação de Jovens e Adultos.

No primeiro tópico, buscamos apresentar o início da educação formal no Brasil e seu contexto histórico, como era aplicado esse ensino, bem como apresentar algumas iniciativas por parte do governo para com a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e os movimentos de educação na alfabetização de jovens e adultos. No segundo tópico, discorremos sobre Paulo Freire e suas contribuições para a educação brasileira, considerado a principal figura do ensino de adultos no Brasil, também foi apresentado o método Paulo Freire. E no terceiro e último tópico apresentamos o MOBRAL, sua ideologia e os motivos pelo qual foi considerado um fracasso por educadores. No decorrer desse trabalho foi realizado uma breve busca histórica sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil desde a época do Brasil colônia, até a extinção do programa MOBRAL.

## O PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neste capítulo pretendemos, ainda que de forma sucinta, discorrer sobre o início da educação de jovens e adultos no Brasil, bem como sobre seu contexto histórico. Abordaremos campanhas e programas em prol da mobilização contra o analfabetismo, apresentando seus contextos e objetivos. Apresentamos de início a primeira educação formal, empreendida pelos jesuítas, seguido pela apresentação de campanhas e incentivos da educação de jovens e adultos até os anos de 1980.

### Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação formal no Brasil surge com a chegada dos jesuítas em 1549, liderados por Manoel da Nóbrega. Em apenas quinze dias colocaram para funcionar a escola "de ler e escrever", na cidade de Salvador. Desta forma, dava-se início ao ensino formal dos povos indígenas no Brasil, até 1759 quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal, por haver divergências entre as visões de mundo e de educação pretendidas por Pombal e aquelas defendidas pelos jesuítas.

> O fato é que os índios se encontravam à mercê de três interesses, que ora se complementavam ora se chocavam: a metrópole desejava entregá-los ao processo colonizador; o jesuíta queria convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus; e o colono queria usá-lo como escravo para o trabalho. (ARANHA, 2006, p. 141)

Os jesuítas tinham objetivos religiosos, o que envolvia não apenas as crianças, mas também os adultos homens. Para facilitar a colonização dos povos nativos, os jesuítas desde o início buscavam aprender a língua dos índios, o que os colocam como os principais educadores do Brasil (SOARES, GALVÃO, 2011).

Além de pregar o catecismo, eles também ensinavam normas de comportamento, inicialmente aos indígenas e, depois, aos filhos dos colonos. Seus objetivos eram o ensino para as crianças, pois viam nelas a possibilidade de formar uma geração de adultos voltados para religião católica.

> A ação sobre os indígenas resumiu-se então a em cristianizar e pacificar tornando-os dóceis para o trabalho nas aldeias. Com os filhos dos colonos, porém, a educação podia se estender além da escola elementar de ler e escrever, o que ocorreu a partir de 1573 (ARANHA, 2006. p. 142).

É importante ressaltar que quando estamos falando em educação de adultos, falamos apenas de homens pois esta era, naquela época, reservada apenas ao sexo masculino.

Entretanto, segundo Ribeiro (2016) as primeiras iniciativas de uma educação para mulheres partiram dos índios que habitavam a colônia, pois estes valorizavam suas companheiras e queriam que elas também aprendessem a arte de ler e escrever.

> O indígena considerava a mulher uma companheira, não encontrando razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam, como os homens brancos os preveniam, o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres serem alfabetizadas. Condená-las ao analfabetismo e a ignorância lhes parecia uma ideia absurda. Isso porque o trabalho e o prazer do homem, como os da mulher indígena, eram considerados equitativos e socialmente úteis. (RIBEIRO, 2016, p.80)

Porém, o pedido feito pelos índios, junto ao padre Manoel da Nóbrega, para que suas mulheres fossem alfabetizadas, foi negado pela rainha regente de Portugal, Dona Catarina. Se nem mesmo as mulheres portuguesas eram alfabetizadas, não havia motivos para ensinar mulheres indígenas, sendo esta ideia considerada absurda por Dona Catarina. Apesar da negação, algumas mulheres conseguiram "burlar as regras" e aprenderam a ler: "[…] Catarina Paraguassu, também conhecida como Madalena Caramuru, parece ter sido a primeira mulher brasileira que sabia ler e escrever" (RIBEIRO, 2016, p.81).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a partir de 1759, pouco sabemos sobre alguma iniciativa a respeito da educação para os adultos. O que sabemos é que ocorreu um movimento que transferiu o poder da Companhia de Jesus para o Estado (GHIRALDELLI JR, 2015).

As aulas ministradas pela Companhia de Jesus foram substituídas por aulas régias. Foi com estas aulas que surgiu no Brasil o primeiro sistema de ensino público. Eram "aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica", esta forma de ensino era organizada pelos próprios professores, desta forma eles organizavam os locais onde iriam ensinar, e "uma vez tendo colocado a "escola" para funcionar, requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho do ensino". (GHIRALDELLI JR; 2015, p.31).

Durante o período imperial, iniciado em 1822, foi discutido como seria o ensino formal das denominadas classes inferiores, ou seja, para homens e mulheres pobres e negros, ficando então de responsabilidade das províncias oferecer-lhes o ensino primário e secundário, sendo dividido em duas seções: "[…] uma para os que não tinham nenhuma instrução e a outra para aqueles que possuíam alguma" (SOARES; GALVÃO, 2011, p. 260).

> Deveria ser dado nas escolas noturnas criadas pelo governo na capital e na sede de cada termo, nas escolas dominicais, na escola da Casa de Detenção para os presos e na aula dos cegos no "Asylo de mendicidade". Além disso, o Regimento previa que outras aulas para adultos poderiam ser estabelecidas por professores que, gratuitamente, a isso se propusessem, mediante autorização do presidente da província funcionando na casa e com os móveis das escolas diurnas. O ensino para adultos parecia assumir um caráter de missão para aqueles que a ele se propusessem, na medida em que os professores que ensinavam durante o dia não recebiam nenhum

> salário ou gratificação a mais para abrir aulas noturnas. (SOARES, GALVÃO, 2011, p. 260)

Segundo Soares e Galvão, na metade do século XIX, há relatos que em muitas províncias foram criadas associações as quais ofertavam aulas para adultos no intuito de "libertação e iluminar das trevas". Havia a ideia de que só haveria o progresso do povo libertando-os da ignorância. Ao final do período imperial os analfabetos tornam-se ainda mais excluídos da sociedade em virtude da chamada Lei Saraiva, de 1881, que restringia o analfabeto de exercer o direito de votar (SOARES, GALVÃO, 2011).

Segundo Soares e Galvão (2011), no século XX, o Brasil passou por várias transformações, em diversas áreas da sociedade, tanto no campo político como econômico, repercutindo na educação, com várias campanhas pela alfabetização principalmente de jovens e adultos. Neste período havia no Brasil uma população de mais de 80% de analfabetos e isso representava, nas palavras de intelectuais da época, uma vergonha para o país. Considerado como uma praga por diversos intelectuais, o analfabetismo no Brasil precisava ser erradicado o mais rápido possível, e métodos eram criados para o combate de tal "praga".

A mobilização em torno de como erradicar o analfabetismo no menor prazo possível partia de todos os lugares do país. Abner de Brito, bacharel em ciências jurídicas e sociais, promotor público do Rio Grande do Norte, por exemplo, cria um método, por ele intitulado de "desanalphabetisador", consagrado especificamente ao ensino dos analfabetos. Segundo seu autor, os sujeitos submetidos ao método 'ficam lendo e escrevendo após haverem recebido sete lições'. Cada lição tinha duração de três dias. Abner afirma propagar seu método por todo país, dando "combate ao analfabetismo tão deplorável em nossa cara pátria". (SOARES; GALVÃO, 2011, p . 263)

Esse movimento criado por Abner de Brito tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil, para isso contava com o apoio de vários membros da sociedade. Criado em 1915 no Rio de Janeiro, tinha a intenção de se expandir para todo o país. Segundo o autor desses movimentos, alunos receberiam as lições e ficariam lendo e escrevendo, cada lição teria a duração de três dias (COUTINHO, 2012).

Porém, não demora a surgir entre esses mesmos intelectuais, que se diziam preocupados com o analfabetismo, o medo e a desconfiança de que se a alfabetização desse povo "ignorante" não viesse acompanhada de uma formação também moral, poderia tornar-se uma "arma perigosa" contra eles. Neste sentido, em 1916, Carneiro Leão critica os empenhos para alfabetizar os adultos, e diz temer que se houvesse uma alfabetização em massa, também poderia aumentar a "anarquia social". Segundo ele, esse povo desprovido da inteligência, ou

seja, na condição de analfabeto, se sujeitam a qualquer tipo de ocupação. No entanto, se soubessem a ler e escrever, poderiam reivindicar outros tipos de cargos, até mesmo cargos políticos. (SOARES, GALVÃO, 2011).

**Campanhas criadas para a erradicação do analfabetismo no Brasil**

Algumas práticas de ensino foram criadas, podendo-se destacar a organização do ensino supletivo na década de 1930, por Paschoal Lemme, no Distrito Federal, por ocasião da gestão de Anísio Teixeira na educação. [1]Tais experiências tornam-se importantes pois, por estarem centralizadas no então Distrito Federal (Rio de Janeiro), serviam de base e modelo às outras unidades da federação. A ideia de Paschoal Lemme, visava em uma transição de um ensino noturno para um ensino que abrangesse toda uma população, de forma que esse ensino ficará assim designado: "[…] formação de turmas desde de níveis de alfabetização (de dois anos de duração) a cursos de formação geral (como comercial, industrial e de economia doméstica), aberto a indivíduos de 13 anos de idade ou mais" (VIANNA, 2006, p. 26).

A ideia de Lemme era atender um público baseando-se em suas necessidades, sem limite de idade, sem uma duração definida, um ensino sem restrições. Sua preocupação era para com as classes mais baixas, oposto da educação formal. Porém, encontra inúmeros obstáculos devido à falta de profissionais preparados para assumir tal responsabilidade. Sendo assim, segundo Vianna, a solução encontrada por Lemme foi:

Estabelecer uma estrutura simples e dinâmica de funcionamento, na qual o diretor coordenava as diferentes atividades dos cursos disponibilizados em uma escola, enquanto os professores eram responsáveis diretos perante os alunos e administração pela prática pedagógica. As dúvidas que surgissem deveriam ser levadas a superintendência. Está, além de realizar toda a organização do sistema de ensino para adulto, buscava orientar professores e diretores em sua prática, propondo ideias, de maneira a superar toda a inexperiência da ação pedagógica. (VIANNA, 2006, p. 28)

Embora as experiências de Lemme tenham dado certo, e o índice de matrículas tenha aumentado mais de 350%, ao final do ano de 1935, o governo anunciou cortes de verbas e isso significou a diminuição de suas atividades no ensino para adultos (VIANNA, 2006).

No entanto, se não havia muitos incentivos para a educação de adultos, a prática da leitura oralizada de folhetos ganha força entre a população nas décadas de 1930 e 1940. O mesmo poema lido por diversas vezes em feiras ou reuniões, fazia com que o cidadão (supostamente)



[1] Anísio Teixeira foi secretário de Educação do Distrito Federal.

fosse alfabetizado pela prática da memorização do poema, isso na visão da população e dos órgãos educacionais do período (SOARES, GALVÃO, 2011).

É importante destacar que, segundo Soares e Galvão, muitas dessas pessoas praticantes ou ouvintes desses folhetos tiveram passagens rápidas e traumáticas pelas escolas, "[…] marcada pelo uso da carta do ABC, pela abstração dos conteúdos e pela inflexibilidade dos professores" (SOARES, GALVÃO, 2011, p. 265). Tudo somado com a necessidade de trabalho e a falta de mais escolas do ensino primário, contribuíram com o grande índice de adultos analfabetos, entre os anos de 1930 a 1940 no Brasil.

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil ganhou importantes iniciativas para a educação de jovens e adultos, visto que o analfabetismo atingia mais de 56% da população com mais de 15 anos em 1946. Foram criadas mais de "dez mil classes de alfabetização e vários materiais pedagógicos", em todo o país, no ano de 1946, entre os quais podemos citar as cartilhas, livros e folhetos explicativos sobre higiene e saúde. Podemos atribuir essas mobilizações pela alfabetização ao restabelecimento das eleições diretas e pressão internacional" (SOARES, GALVÃO, 2011, p.266).

O processo de alfabetização no ensino primário (supletivo) de 1947 no Brasil, seria de três meses, após esse tempo seria dividido em duas etapas cada uma com sete meses de duração, após esse tempo o aluno poderia optar por cursos profissionalizantes. Para isso os organizadores dessas campanhas contavam com ajuda de voluntários, e para atrair mais voluntários foram criados dois documentos que abordavam os temas, "Relação com o público e o voluntariado" (CAMPANHA de 1948), e o documento "Manual do professor voluntário, Ilustrações para o ensino de leitura e linguagem escrita" (CAMPANHA de 1960). No entanto essas campanhas, que tinham o objetivo de atrair voluntários, foram alvo de críticas, pois a verba destinada ao pagamento desses professores não era o suficiente, sendo assim não atraíam professores qualificados e sim os mais necessitados (SOARES, GALVÃO, 2011).

Como não havia experiências no ensino de adultos, especificamente, as campanhas eram debatidas com base no ensino das crianças. Tanto que em uma dessas campanhas, em 1952, Lourenço Filho, um dos organizadores, diz que é mais fácil, simples e mais rápido ensinar um adulto. Por essas e outras questões, percebe-se o quanto faltava, inclusive de fundamentação teórica, para as campanhas de nível nacional com objetivo de erradicação do analfabetismo. (SOARES, GALVÃO, 2011)

Em seguida os próprios apoiadores da Campanha Nacional de Alfabetização, fazem críticas a mesma, por conta da sua ineficácia no combate do analfabetismo. Críticos, liderado por Paulo Freire, propõe que a educação de jovens e adultos deveria ter como base a realidade

de cada educando, desta forma o ensino seria feito "com o homem e não para o homem". Também esses críticos apontavam que essas pessoas não poderiam mais serem vistas como ignorantes ou desprovidas de cultura. Afirmavam ainda que suas condições de analfabetos não eram o maior de seus problemas, mas sim as condições de miséria nas quais viviam. Esses problemas, mais amplos, seriam para esses críticos o principal problema do Brasil (SOARES, GALVÃO, 2011).

Os anos de 1950 foram marcados por muitas campanhas as quais foram criadas com o objetivo de fortalecer o ensino dos adultos, entre as quais podemos citar a Campanha Nacional de Educação Rural (1950), que tinha como objetivo atender a população que residia no campo. Depois, em 1958, houve a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, com o objetivo de aperfeiçoar o ensino primário para jovens e adultos. Porém, segundo Soares e Galvão (2011, p.268), todas essas campanhas contra o analfabetismo brasileiro não surtiram efeito e, em 1963, foram extintas em virtude da "elaboração do plano nacional de alfabetização como políticas do MEC".

**Movimentos de educação na alfabetização de jovens e adultos**

Ao final da década de 50 e início de 60, o Brasil sofre transformações no campo educacional em relação ao ensino para jovens e adultos, e movimentos em favor da educação de adultos são criados em paralelo às ações do governo. A década de 60 foi marcada por vários movimentos e iniciativas de educação popular, muitos idealizados a partir do método Paulo Freire, que aplicava a chamada pedagogia libertadora. Sobre o método de Paulo Freire e sua pedagogia, nos deteremos mais pormenorizadamente nas próximas partes deste trabalho.

Podemos citar como exemplos desses movimentos em prol da erradicação do analfabetismo, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e os Centros Populares de Cultura (CPC's). Essas iniciativas eram programas de alfabetização ou de cultura popular, considerados importantes para o desenvolvimento do ensino de jovens e adultos no Brasil (SOARES, GALVÃO, 2011).

Gadotti classifica a alfabetização de jovens e adultos pelo menos em três períodos:

1º De 1946 a 1958, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de "cruzadas", sobretudo para "erradicar o analfabetismo", entendido como uma "chaga", uma doença como a malária. Por isso se falava em "zona negra de analfabetismo".

2º De 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos que contou com a participação de Paulo Freire. Partiu daí a ideia de um programa permanente

de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no plano nacional de alfabetização de adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo golpe de estado de 1964, depois de um ano de funcionamento. A educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como educação de base, articulada com as "reformas de bases", defendida pelo governo popular /paulista de João Goulart. Os CPCs (Centros Populares de Cultura), extintos logo depois do golpe militar de 1964, e o MEB (Movimento de Educação de Base), apoiado pela igreja e cuja duração foi até 1969, foram profundamente influenciados por essas ideias.

3º O governo militar insistia com campanhas como a "Cruzada do ABC" (Ação Básica Cristã) e posteriormente, com o MOBRAL. (GADOTTI, 2011, p. 43).

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, surgiu sob a influência do pensamento social-cristão da Igreja católica. Segundo Aranha (2006) este movimento visava inicialmente a alfabetização das populações rurais. As propostas desse movimento eram de promover uma educação voltada para reflexão, ou seja, que levasse as pessoas a refletir sobre seus valores e direitos pessoais.

Os Centros Populares de Cultura foram também criados em 1961, pela União Nacional dos Estudantes. Com o passar do tempo, esses movimentos surgiram em novos lugares por quase todo o país, passando a atuar na alfabetização de adultos, de maneira a contribuir para a transformação da realidade nacional (ARANHA, 2006).

Havia ainda o Movimento de Cultura Popular (MCP), que era ligado ao educador Paulo Freire, um dos mais importantes nomes para educação, reconhecido no Brasil e no mundo. Mais tarde esse movimento também se espalhou por todo território, "funcionando com financiamento público" (ARANHA, 2006, p. 312).

De acordo com Aranha (2006) durante a ditadura vários desses projetos de alfabetização sofreram duras críticas e foram extintos, como o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC) por não atenderem os interesses militaristas, mas sim representar uma "ameaça", sendo que seus integrantes foram perseguidos por militares e durante anos foram obrigados a permanecerem exilados. Apenas o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Básica Cristã, (ABC) sobreviveram ao golpe militar e passaram a atender aos interesses do regime político, porém também foram extintos mais tarde.

## PAULO FREIRE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Paulo Freire foi um dos mais importantes educadores do século XX, reconhecido em todo mundo, criador de um método inovador para alfabetização de adultos. Embora suas ideias possam ter sofrido várias críticas, a imensa maioria vinda de setores reacionários da sociedade, é impossível negar sua importância para a educação, principalmente sobre o ensino de jovens e adultos (ARANHA, 2006).

Paulo Freire nasceu no Recife, Pernambuco, no dia 19 de setembro de 1921. Filho de Joaquim Temístocles Freire, capitão da Polícia Militar, e de Edeltrudes Neves Freire. Paulo Freire e sua família moraram na cidade do Recife até 1931. Depois desse período, a família mudou-se para Jaboatão dos Guararapes, onde permaneceram durante dez anos (FREIRE, 1996, p. 28).

Paulo Freire iniciou sua trajetória escolar no Colégio 14 de Julho, na cidade de Recife. No ano de 1943 ingressou na Faculdade de Direito, estudou filosofia da linguagem e foi professor de Língua Portuguesa para jovens do ensino médio. Embora formado em Direito, não atuou na área e continuou lecionando. Em 1944, casou-se com Elza Maia Costa de Oliveira, com quem viveu até o ano de 1986, quando sua esposa morreu. Dois anos após, em 1988, o educador casou-se com Ana Maria Araújo, conhecida como "Nita". Em 1946, foi indicado ao cargo de diretor do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social de Pernambuco, onde deu início aos trabalhos com analfabetos pobres (FREIRE, 1996, p. 30-32).

Nos anos 50, junto com outros educadores, Paulo Freire fundou, no Recife, o Instituto Capibaribe, uma escola inovadora que atraiu muitos intelectuais: “inquieto com o cenário social do Recife, em que a educação exercia a função mantenedora, acrítica, de uma sociedade tradicional conservadora, [Paulo Freire] fundou o Instituto Capibaribe, uma das primeiras escolas ‘alternativas’ da cidade” (FREIRE, 1996, p.33).

De acordo com Aranha (2006), Paulo Freire publicou sua primeira obra em 1965, *Educação como prática da liberdade*, logo em seguida outras, as quais a autora destaca como sendo de principal relevância.

Seu primeiro livro, *Educação como Prática da Liberdade* (1965), ainda apresenta uma visão idealista marcada pelo pensamento católico. Já em *Pedagogia do Oprimido* (1970), faz uma abordagem dialética da realidade, cujos determinantes se encontram nos fatores econômicos, políticos e sociais. Escreveu também, *Cartas à Guiné-Bissau e Vivendo e Aprendendo* (com o grupo do Instituto de Ação Cultural -Idac). Posteriormente ao retornar do

exílio, publicou, entre uma vasta produção intelectual, *A importância do ato de ler, A educação na cidade, Pedagogia da esperança e Pedagogia da autonomia.* A maioria mereceu tradução e comentários em vários países. (ARANHA, 2006. p. 336)

Segundo Aranha (2006) Paulo Freire teve sua primeira experiência educacional com adultos em Angicos, uma cidade localizada no Rio Grande do Norte, onde pôs em prática o seu método de alfabetização de adultos. Dessa forma seu trabalho ganhou grande repercussão nacional e internacional. Paulo Freire conseguiu alfabetizar trezentos trabalhadores rurais em apenas 45 dias.

De acordo com Germano (1997) esse processo aconteceu da seguinte forma:

> Em dezembro de 1962, um grupo de estudantes, em sua maioria universitários, realizou o levantamento do universo vocabular da população de Angicos preparando o terreno para a experiência que viria a seguir. Nos primeiros meses de 1963, esses estudantes, "católicos radicais", criaram vários Círculos de Cultura e, sob o patrocínio do Governo do Rio Grande do Norte e da "Aliança para o Progresso" (programa de origem norte-americana), tornaram possível o emprego do referido método. Fazer com que os participantes aprendessem a ler e a escrever e, ainda por cima, viessem a se politizar em 40 horas constituíam os objetivos fundamentais da experiência. Isso despertou enorme curiosidade, motivo pelo qual o trabalho de Freire e dos estudantes do Rio Grande do Norte correu o mundo. Em Angicos estiveram presentes observadores, especialistas em educação e jornalistas não somente dos principais meios de comunicação do Brasil, como do exterior. Para lá se deslocaram, por exemplo, representantes do *New York Times*, do *Time Magazine*, do *Herald Tribune*, do *Sunday Times*, do *United* e da *Associated Press*, do *Le Monde*. Finalmente, o próprio presidente João Goulart, junto com Aluízio Alves, governador do Rio Grande do Norte, compareceu ao encerramento das atividades dos Círculos de Cultura, na distante data de 2 de abril de 1963 (GERMANO, 1997, s/p).

As ideias de Paulo Freire e o trabalho dos estudantes que os ajudaram neste desafio, consiste não apenas em alfabetizar um grupo de trabalhadores, mas sim fazer com que essas pessoas tivessem uma consciência política. Seus métodos e objetivos fizeram suas experiências ficarem conhecidas no mundo todo.

**Método Paulo Freire**.

De acordo com Silva (2022), a educação no Brasil de certa forma sempre esteve voltada ao privilégio das elites. Para as classes menos favorecidas resta apenas uma educação tecnicista, a qual visa apenas prepará-los para o mercado de trabalho. Nesta perspectiva, Paulo Freire dá início a um projeto inovador.

Em *Pedagogia do Oprimido* (2019), Freire faz uma indagação sobre a importância do diálogo entre professor e aluno e a importância de utilizar palavras geradoras no processo de ensino aprendizagem. O educador precisa entender o contexto do aluno, atender suas

necessidades, pois de nada adianta o professor querer impor uma realidade que talvez nunca terá sentido para o aluno. Desta forma, Freire propõe um método voltado ao aprendizado do aluno conforme sua realidade. Neste sentido podemos entender a importância do diálogo na construção de uma educação significativa, pois o professor pode e deve promover debates sobre as visões do mundo, sem, entretanto, impor uma visão fazendo com que o aluno acredite ser a certa. Para isso é importante uma investigação sobre a realidade do aluno, pois assim o educador pode elaborar um ensino voltado para ele, e não mais uma educação bancária. No livro *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire deixa para nós uma mensagem sobre a importância da educação voltada para o aluno, tornar o aluno crítico, fazê-lo conhecer seus direitos: isso faz parte de uma educação pensada na e para a sociedade (FREIRE, 2019).

O método de Paulo Freire veio como uma crítica ao método tradicional de alfabetização. Consistia num método de alfabetização de adultos rápido, que se utilizava de palavras geradoras, ou seja, as palavras mais utilizadas pelos alunos, baseado em suas experiências de vida. De acordo com Aranha, para Freire era impossível saber *a priori* o que realmente interessava para o educando, tendo em vista as variedades de culturas. Para isso, era preciso fazer um levantamento prévio para cada região, por isso rejeitava as cartilhas como um método que daria certo para todos, as quais nem sempre atendiam a realidade dos educandos (ARANHA, 2006).

Inicialmente, Paulo Freire recomenda fazer o levantamento do universo vocabular dos grupos, a fim de escolher palavras geradoras, que variam conforme o lugar: Por exemplo, em uma região de Pernambuco as palavras escolhidas foram: tijolo, voto, siri, palha, biscate, cinza, doença, chafariz, máquina, emprego, engenho, mangue, terra, enxada, classe. Já nas favelas do Rio de Janeiro elas foram outras: Favela, chuva, arado, terreno, comida, batuque, poço, bicicleta, trabalho, salário, profissão, governo, mangue, engenho, enxada, tijolo, riqueza. (ARANHA, 2006, p. 339)

Para Aranha (2006) Paulo Freire visava iniciar o ensino começando do conhecimento prévio do aluno a partir de sua realidade, e o aluno era tido como o centro nesse processo de alfabetização. Sendo assim, os materiais produzidos para o processo de alfabetização dos adultos foram idealizados conforme sua proposta.

O trabalho educativo deveria ser feito “com” o homem e não “para” o homem. Por consequência, os materiais a serem usados com os alunos não poderiam ser uma simples adaptação daqueles que já eram utilizados com as crianças. Subjacente a essas novas práticas propostas estava a concepção sobre o adulto não alfabetizado, que não poderia mais ser visto como alguém ignorante e imaturo, mas como um ser produtor de cultura e de saberes. Por isso,

um dos pressupostos que baseavam a sua proposta de alfabetização era que a leitura do mundo precedia a leitura das palavras. Além disso, afirmava que o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveriam ser problematizadas. (SOARES, GALVÃO, 2011, p. 268)

O resultado de seu trabalho foi tão grande que o governador de Pernambuco, à época Miguel Arraes, resolveu pôr em prática nas favelas de Recife projetos semelhantes ao de Paulo Freire. Aranha (2006) também ressalta o grande interesse do Governo Federal (então sob o presidente João Goulart), que pretendia organizar "[...] 20 mil 'círculos de cultura', procedimento de seu método de alfabetização, a fim de atingir cerca de 2 milhões de adultos por ano" (p. 337). Porém, por ser uma pedagogia voltada ao povo e pelo povo, no ano de 1964 com o golpe militar, o Regime militar, presidido por Castelo Branco, pôs fim aos projetos de Paulo Freire e determinou que o mesmo fosse preso (ARANHA, 2006).

Com a prisão do educador, o governo esperava que suas ideias perdessem forças, e a população voltasse a ser um povo subalterno às tiranias do governo. No entanto, não foi isso que aconteceu, mas sim suas ideias e método tornaram-se conhecidos mundialmente. Foi neste contexto histórico que Paulo Freire conseguiu exílio no Chile e depois tornou-se cidadão do mundo. Junto com outros brasileiros exilados, Freire fundou, em Genebra, Suíça, em 1970, o Instituto de Ação Cultural (Idac). Este projeto visava prestar assessoria a diversos movimentos, "[...] como os operários dos sindicatos italianos; para as mulheres, ao lado do movimento feminista da Suíça; alfabetização de alunos da Guiné-Bissau". Esse mesmo trabalho também era desenvolvido em outras regiões como na África, Nicarágua e na América Central (ARANHA, 2006, p. 337).

Paulo Freire viveu exilado durante quinze anos, e em sete de agosto de 1979, o educador retornou ao Brasil com o benefício da Lei da Anistia. Assinada pelo então presidente João Batista Figueiredo, a lei da Anistia tinha como objetivo principal conceder o perdão para aqueles que foram condenados por crimes políticos ou eleitorais durante a ditadura militar, excluindo condenados por crimes como terrorismo, sequestro e outros (FREIRE, 1996).

De volta ao Brasil, Paulo Freire foi recepcionado por algumas figuras públicas como políticos, e também por alguns populares. De volta ao seu país, retornou às suas atividades como escritor e defensor de uma educação mais humana, assumiu cargos em universidades e na secretaria municipal de educação de São Paulo, onde foi empossado como secretário em 1º de janeiro de 1989, pelo governo de Luiza Erundina. O educador também teve suas obras traduzidas em várias línguas, sendo o terceiro pensador mais citado no mundo na área de Ciências Humanas. É, ainda, considerado patrono da Educação Brasileira (FREIRE, 1996).

## O MOBRAL

Enquanto Paulo Freire aplicava seu método de educação libertadora pelo mundo, no Brasil o governo militar criava um programa de alfabetização semelhante, porém politicamente deturpado, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL.

Criado em 1967, num contexto antidemocrático em que a sociedade brasileira passava por um período de opressão e autoritarismo devido ao golpe militar de 1964, o programa foi instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, e autorizado pela Lei n° 5.379 de 1967, (durante o governo de Costa e Silva). O MOBRAL começou a ser posto em prática apenas em 1970, e tinha como objetivo minimizar o índice do analfabetismo brasileiro, que chegava a 33% entre pessoas com mais de 15 anos. Dois anos após sua criação esse índice teve uma queda quase inexpressiva, chegando a 28,51% (ARANHA, 2006).

A criação do MOBRAL, vinha em consonância com o desenvolvimento do Plano de Alfabetização. Esta articulação favorecia a construção de novas perspectivas para o trabalho da alfabetização desenvolvida no campo da EJA, já que esta era descrita como uma tarefa permanente, distanciando-se assim da transitoriedade das já conhecidas campanhas de massa. (SILVA, 2002, p. 117)

De acordo com Silva (2002) em 29 de março de 1968 foi aprovado o estatuto do MOBRAL, o qual continha a forma de organização, forma de funcionamento e seus objetivos. Neste sentido podemos destacar que o MOBRAL estava organizado da seguinte maneira: havia um órgão central, regional, estadual e municipal, cujo objetivo era de erradicar o analfabetismo no Brasil (SILVA, 2002).

Considerado o programa mais caro da educação brasileira, o MOBRAL recebia verbas da loteria esportiva e parte dos impostos de renda arrecadados por empresas. Nos programas anteriores, havia sempre problemas de financiamento, cujo desafio era:

> [...] como conseguir recursos suficientes para realizar uma campanha de massa. E a solução deste problema foi facilmente encontrada por Simonsen [ex-ministro de Fazenda e do Planejamento], que propôs a transferência voluntária para o MOBRAL de 2% do Imposto de Renda devido pelas empresas (esta solução foi aceita, embora o Ministério da Fazenda reduzisse aquele percentual a 1%) e oficializada pelo Decreto Lei nº. 1.124 de 8 de setembro de 1970. Tal fonte de recursos foi complementada com a destinação de 24% da renda líquida da Loteria Esportiva, podendo o programa contar, já em 1971, segundo o cálculo do ministro Passarinho, com uma fantástica soma que atingia entre 20 e 25 milhões de dólares. (PAIVA, 1981, p. 99 apud LEITE, MACEDO, 2014, p. 28)

Apesar das necessidades de uma educação com qualidade, segundo Leite e Macedo o MOBRAL enfrentou algumas dificuldades no início, principalmente pela falta de mão de obra qualificada.

A falta de profissionais preparados para a docência era ainda outro problema de ordem estrutural. O cargo de professor das categorias do ensino básico, não suficientemente profissionalizado ou dotado de respeito social, se manteria em grande parte por uma classe a ser ocupada por mão de obra barata e desencorajada a buscar uma formação mais completa. Isso impacta diretamente na qualidade da educação, posto que educadores que não buscam ser também pesquisadores e que não tem condições adequadas para buscar seu aprimoramento profissional, tendem a não revisitar e/ou corrigir suas práticas pedagógicas (CARNEIRO, 2017, p.114).

O MOBRAL foi criado como uma contrapartida ao método de Paulo Freire, por isso foi considerado uma imitação do programa idealizado por ele. No referido processo de alfabetização, o MOBRAL seguia a cópia do método freireano porém sem uma ação política.

No que se refere ao processo de alfabetização, delineado pelo PAF, segundo Souza (2016), metodologicamente funcionava com a mesma organicidade do "método" elaborado por Paulo Freire, ou seja, escolhia-se um tema que era então explorado por meio de cartazes ou textos. A diferença, portanto, estava na forma como era conduzido o processo: enquanto que na perspectiva freireana os temas eram escolhidos por meio de uma pesquisa sócio antropológica, na busca por conhecer o universo linguístico-discursivo da comunidade e, assim, empregar sentidos às palavras, o Mobral procurou uniformizar esses temas, dando um significado universal. Nesse sentido, as referidas palavras geradoras lançadas pelo Programa eram as mesmas para o Brasil inteiro, [...] estudadas pelo mesmo material didático. Justifica essa medida alegando que foram escolhidas palavras que exprimem as necessidades básicas do homem (SILVA, 2021, p. 137).

Com base nesses problemas o MOBRAL teve que se adequar para que pudesse atender a todos, de forma a suprir as necessidades tanto econômica quanto social. Para isso, segundo Leite e Macedo, o MOBRAL teve que ser divido em três níveis, ficando da seguinte forma:

O Nível Central era constituído por sua coordenação central. Este deveria articular os interesses do MOBRAL com as prioridades exigidas pelo MEC. Este órgão era dividido em Coordenação Geral; Política Educacional; Diretrizes Didáticas; Planejamento; Controle; Avaliação; Recursos Financeiros; Assistência Técnica.

O segundo, o Nível Intermediário, era estabelecido pelas coordenações dos estados ou regiões, que acompanhavam os programas desenvolvidos articulando-lhes com a realidade local de cada

indivíduo. As divisões deste nível eram em: Coordenações; Controle; Avaliação; Assistência Técnica e Recursos Humanos.

O terceiro e último, o Nível Municipal, era desempenhado por pessoas que trabalhavam na elaboração e execução do programa. Este órgão era dividido: em Definições de Ações; Levantamento dos Analfabetos; Levantamento e Diagnóstico do que estava sendo feito e alfabetização; Planejamento; Execução de Campanhas; Treinamento; Acompanhamento; Avaliação; Fiscalização, entre outros (LEITE, MACEDO, 2014, p. 23).

Para melhorias do programa, o MOBRAL investiu na capacitação de seus educadores. Esses profissionais recebiam treinamento por correspondências ou encontros, que poderiam ser nacionais ou regionais, esses encontros aconteciam com técnicos do MOBRAL para que fossem sanadas dúvidas e feitas análises dos projetos (LEITE, MACEDO, 2014).

O programa visava erradicar o analfabetismo no Brasil, para isso era importante contar com o apoio da população. Neste sentido tinham como slogan "você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede de saber" (SOARES E GALVÃO, 2011, p. 270). O envolvimento da comunidade foi um dos principais motivos para que o MOBRAL tenha obtido relativo êxito, considerando apenas o número de pessoas atendidas. Porém, embora com o apoio da sociedade e muitos recursos, alguns intelectuais da educação previam o fracasso do MOBRAL, e um desses motivos era que, para ser professor no programa, não era exigido muito preparo, tão pouco uma formação na área da educação, pois qualquer pessoa podia ensinar, bastava saber um pouco de leitura e escrita, isso porque se visava apenas a mão-de-obra para o mercado de trabalho e a diminuição, ainda que artificial, do número de analfabetos (SOARES, GALVÃO, 2011).

A metodologia imposta pelo MOBRAL também indicava fortes indícios de fracasso do programa, pois apesar de ser muito parecida com a que Paulo Freire utilizava em seus ensinos, não tinha o objetivo de conscientização da população. Pois as mesmas cartilhas utilizadas para uns serviam para todos, independentemente de sua realidade. Neste sentido Mota destacam que:

O trabalho pedagógico no MOBRAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem (MOTA, 2009, p. 15).

Neste contexto Soares e Galvão afirmam que:

> Os últimos anos do Mobral foram marcados por denúncias que culminaram na criação de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – para apurar os destinos e a aplicação de recursos financeiros e a divulgação de falsos indícios de analfabetismo. Pedagogicamente o Mobral também passou a ser criticado. Por não garantir a continuidade dos estudos, muitos adultos que se alfabetizaram através dele "desaprenderam" a ler e escrever (SOARES, GALVÃO, 2011, p. 270).

Desta forma, segundo Arruda (2018) o MOBRAL não surtiu nenhuma mudança para a sociedade, no sentido de que muitos educandos não conseguiram ser de fato alfabetizados pelo programa. "[...] Justamente por isso, a palavra Mobral tomou um sentido pejorativo, que se relaciona a sinônimos como 'burro', 'ignorante', 'analfabeto', entre outros nesse segmento", o programa foi duramente criticado, por emitir certificados a alunos que mal sabiam escrever seus nomes (ARRUDA, 2018, p.41).

Neste sentido Arruda (2018) diz que o fracasso do MOBRAL estava em evidência desde de sua criação, por visar apenas ideologias políticas.

A partir de 1980, o MOBRAL, sem crédito nos meios políticos e educacionais, foi perdendo suas características de conservadorismo e de assistencialismo até ser extinto em 1985, sem erradicar o analfabetismo. Nos seus últimos anos, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar, entre outras coisas, os falsos índices de analfabetismo (MOTA, 2009, p.16).

O MOBRAL foi extinto em 1985, com a Nova República e o fim do Regime Militar e deu lugar a outras frentes, entre elas a Fundação Educar, com sede no Rio de Janeiro e que tinha o objetivo de executar programas de alfabetização e educação básica não-formal, destinada a jovens e adultos que por algum motivo não tiveram acesso ou foram excluídos prematuramente do âmbito escolar.

## CONSIDERAÇÕE FINAIS

Como pudemos observar em nossa pesquisa, a educação brasileira sempre foi motivo para grandes preocupações, desde os tempos do Brasil Colônia. Consideramos que esta educação quase nunca é pensada ou voltada para a população carente, que é a que mais necessita de uma escola de qualidade, mas, sempre foi voltada para a classe dominante e seus interesses. Para a classe dominada historicamente foi dado um ensino que visava muito mais a doutrinação e não a verdadeira educação, libertadora e emancipadora.

Com base em nossas pesquisas, podemos dizer que um dos momentos mais sombrios para a educação no Brasil aconteceu com o golpe militar de 1964, que gerou uma grande turbulência para a população. Com uma política autoritária, o golpe de 64, como ficou

conhecido pelos brasileiros, pôs fim a um grande projeto de Paulo Freire, que ficou conhecido mundialmente, e foi considerado um dos mais renomados pedagogos do mundo. Projeto esse que buscava uma educação para todos, de modo que viessem a atingir aqueles que mais precisavam, uma educação com base nos conhecimentos prévios dos alunos, uma educação política e libertadora.

Saindo de um método inovador, com uma educação libertadora proposta por Freire, a população se depara, na sequência do golpe, com um projeto de alfabetização de cunho tecnicista, o MOBRAL.

Como relatamos anteriormente, o MOBRAL foi um dos programas educacionais mais caros da história do Brasil, que durou de 1968 até 1985, porém não obteve muito êxito, pois apesar de apresentar um método semelhante ao de Paulo Freire, seu único objetivo era um viés tecnicista de leitura, não pensando em politização nem na alfabetização plena dos atendidos. As contribuições do MOBRAL para a Educação de Jovens e Adultos foram consideradas mínimas, pelo fato de que muitos educandos não conseguiram de fato ser alfabetizados pelo programa, tornando-os analfabetos funcionais.

Por apresentar uma metodologia de ensino que visava apenas os interesses militares, acredita-se que o MOBRAL não funcionou porque o programa foi imposto, seus educadores não o idealizaram, não havia material didático suficiente, os professores não eram bem pagos e muitos nem mesmo tinham formação para ensinar. Sem um viés crítico e problematizador, como o que era apresentado pelo educador Paulo Freire, muitos dos educadores e intelectuais da educação brasileira já previam seu fracasso desde sua criação, em 1968

Sabemos que as reflexões empreendidas neste trabalho não encerram o assunto, entretanto, acreditamos que as contribuições que elencamos aqui podem auxiliar na visão do panorama geral da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e, no limite, suscitar novos estudos ou abrir caminho para novas abordagens sobre o tema.

**REFERÊNCIAS**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna 2006.

ARRUDA, Angela Cristina Souza. **O Mobral e a educação de jovens e adultos:** uma representação ideológica da ditadura militar. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28607. Acesso em: 06 nov. 2022.

CARNEIRO, Maristela. **História da Educação.** Curitiba, IESDE Brasil, 2017.

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. Lei da Anistia**. Infoescola.** Disponível em: https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-da-anistia/. Acesso em: 27 out. 2022.

COUTINHO, Shirlei Pereira. **Educação de jovens e adultos:** perspectivas para o desenvolvimento profissional no mercado de trabalho. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012 Disponível em: http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/SPC.1.2012.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Ana Maria Araújo. A voz da esposa: A trajetória de Paulo Freire. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire:** uma biobibliografia. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996. Disponível em: http://seminariopaulofreire.pbworks.com/f/unid2_ativ4paulofreire_umabiobibliografia.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GERMANO, José Wellignton. As quarenta horas de Angicos. **Educ. Soc.** São Paulo, v. 18, n. 59, ago. 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000200009. Acesso em: 17 out 2022.

GHIRALDELLI JUNiOR, Paulo. **História da educação brasileira.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEITE, Priscila de Silva; MACÊDO, Rúbia de Oliveira. **A contribuição do movimento brasileiro de educação**: mobral para educação de adultos no Brasil no período do regime militar**.** 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14051/1/PSL02052018.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

MOTA, Rosangela da Silva. **Aprendizagem do Adulto e Correspondentes Metodologias**. 2009. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação de Jovens e Adultos). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=41039. Acesso em 09 dez. 2022.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia In: Lopes, Eliane Marta Teixeira. Filho, Luciano Mendes de Faria. Veiga, Cynthia Greive (org). **500 ANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.** ed. Belo Horizonte: Autentica, 2016.

SANTOS, Ana Paula Borges dos Reis Queiroz; SANTOS, Elaine Gomes. A influência de Paulo Freire no processo de ensino-aprendizagem da educação de jovens e adultos**. Monografias Brasil Escola**. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/a-influencia-paulo-freire-no-processo-ensino-aprendizagem-educacao-jovens-adultos.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

SILVA, Edineide Maria da**. O método Paulo Freire e a sua importância para a alfabetização de jovens e adultos**. 2022, 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2022. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/44689/1/Trabalho%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso%20%28TCC%29..pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

SILVA, Jailson Costa da. O Golpe na Elaboração Intelectual de Paulo Freire: a alfabetização de [jovens e] adultos na ditadura civil-militar. **Debates em Educação**. Alagoas, v. 13, n. esp., 2021. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12025. Acesso em: 27 nov. 2022.

SILVA, Verônica Pessoa da. **Histórias da educação de jovens e adultos no Brasil:** do MOBRAL nacional ao MOBRAL na Paraíba. 2022. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002. Disponível em: http://catedraunescoeja.com.br/documento/deeae466bab8416c987bb98f9628d93d554938.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

SOARES, Leôncio. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: Bastos, Maria Helena Camara. STEPHANOU, Maria. **História e Memória da educação no Brasil.** 4. ed. Petrópolis, RJ: 2011. v. 3.

VIANNA, Marcelo A experiência esquecida: a educação proposta por Paschoal Lemme no Distrito Federal (RJ) 1934-1936. 2006. 55 f. Monografia (Especialização em Educação de Jovens e Adultos – UNILASALLE. **Academia** [site]. c2023. Disponível em: https://www.academia.edu/968406/A_experi%C3%Aancia_esquecida_a_educa%C3%A7%C3%A3o_proposta_por_Paschoal_Lemme_no_Distrito_Federal_RJ_1934_1936. Acesso em: 15 dez. 2022.

WESTIN, Ricardo**. Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura. Senado Federal** [site]. Brasília, ed. 59. 5 ago. 2019. ArquivoS. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura. Acesso em 27 out. 2022.

Recebido em 27/03/2023.
Aprovado em 10/05/2023.

**Sonia Aparecida Pires**
E-mail: soniapires618@gmail.com

**Felipe Augusto Fernandes Borges**
E-mail: felipe.borges@ifpr.edu.br